



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de **serviços de transportes** intermunicipal e intramunicipal por **Caminhões Toco e 3/4**, incluindo veículos com sistema de rastreamento, abastecidos e com motoristas devidamente habilitados, para transporte de urnas, materiais de votação, médias e pequenas cargas, visando atender as necessidades de locomoção decorrentes do Pleito Eleitoral de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno, além de demandas rotineiras do Tribunal.

2. JUSTIFICATIVA

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão -TRE/MA conta com uma frota própria de caminhões, sendo três caminhões 3/4 (modelo FORD CARGO 816S) e dois caminhões toco (modelo M. BENZ 1718). No entanto, já se encontra bem antiga (alguns com mais de 10 anos de uso), desgastada (com alto custo de manutenção e desvalorização) e em quantitativo insuficiente de veículos e motoristas, motivo que nos leva à instrução deste procedimento.

Ocorre ainda que, o modelo de gestão da frota própria demonstra-se insuficiente e antieconômico ao atendimento das necessidades ora relatadas, especialmente devido ao atendimento simultâneo de diversas demandas.

Assim, para evitar a precariedade dos transportes deste Regional e garantir a eficiência do serviço público diante do aumento da demanda, torna-se indispensável a nova contratação.

Somado a isso, o Plano Integrado das Eleições 2026-PIE26, e o Plano Integrado de gestão de Riscos de Eleição-PIGRE26, trouxeram novas orientações no sentido de melhoria do transporte de urnas para as próximas eleições de 2026 (SEI nº 0009083-66.2025.6.27.8000)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de serviços de transportes, incluindo veículos com sistema de rastreamento, abastecidos e motoristas devidamente habilitados para dar suporte à frota própria e atender às necessidades de transporte de cargas decorrentes das demandas diárias bem como atender as demandas decorrentes do Pleito Eleitoral de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno, cuja métrica escolhida foi a quilometragem rodada e a diária de disponibilização do veículo.

O objetivo primordial desta solução é garantir a capacidade logística plena e ininterrupta do TRE-MA, essencial para o sucesso do pleito eleitoral, que exige o transporte de materiais sensíveis (urnas eletrônicas, kits de votação etc.), equipamentos de infraestrutura, suprimentos e pessoal entre a Sede e as Zonas Eleitorais em todo o Estado do Maranhão.

Os veículos locados atuarão de forma complementar à frota existente do TRE-MA, a solução garante que a insuficiência da frota própria não comprometa o cronograma logístico crucial das eleições.

A locação, em comparação à aquisição ou manutenção excessiva da frota própria para um pico de uso sazonal, demonstrou ser a solução economicamente mais vantajosa e operacionalmente mais eficiente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Sustentabilidade

4.1.1. A fim de atender aos imperativos inerentes à sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá:

a) Efetuar o manejo correto dos resíduos sólidos gerados a partir da execução do objeto contratual, dando a adequada destinação a pneus, óleos, fluidos, materiais plásticos, borrachas e todo e qualquer resíduo produzido, observadas sempre as recomendações dos fabricantes de produtos e peças automotivas;

a.1) A observância desse requisito será verificada por meio da aposição dos carimbos de revisões nos manuais dos veículos por oficinas formais e regulares, não sendo admitida a realização de trocas de óleos e fluidos de maneira artesanal – fora de estabelecimentos especializados para tal atividade;

b) Manter todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos rigorosamente em dia, conforme especificações dos fabricantes e em consonância com a quilometragem de cada veículo, a fim de diminuir a ocorrência de queima irregular de combustível e consequente emissão de poluentes na atmosfera e no solo, bem como o desgaste prematuro de peças e componentes, ajudando assim a reduzir o passivo ambiental produzido pela execução do objeto contratual, fazendo prova da boa

condição dos veículos no momento de sua apresentação para a inspeção pela Fiscalização do Contrato.

c) Todos os veículos locados estejam em situação regular perante os órgãos de trânsito e ambientais (DETRAN e CONAMA), especialmente no que tange à Inspeção de Emissão de Gases Poluentes.

4.1.2. No tocante à sustentabilidade social, deverá a Contratada:

a) Fazer a comprovação de regularidade em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários e acidentários, tanto quando da adjudicação do objeto contratual como no momento do pagamento dos serviços executados.

b) Zelar, por meio da atuação dos seus prepostos, pelo bem estar dos trabalhadores alocados na execução dos serviços, cuidando especialmente do efetivo uso pelos profissionais dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa (cintos de segurança, capacetes para motociclistas, calçados e vestimentas adequados ao tipo de atividade etc), minimizando a possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

c) Garantir, através de monitoramento criterioso, que os trabalhadores cumpram a jornada de trabalho adequada, a fim de evitar que motoristas conduzam veículos sem condições físicas (exaustos, com sono, efetuando “dobra” irregular), observando os intervalos inter e intrajornada prescritos na legislação específica.

4.2. Da vistoria ou visita técnica

4.2.1. É facultada aos proponentes a realização de vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, a fim de obtenção de subsídios para a adequada elaboração de suas propostas comerciais;

4.2.2. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar, junto à sua proposta, declaração de que conhece as condições e o local de execução, assumindo total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas não previstas, nos termos do art. 63, §3º da Lei nº 14.133/2021

4.3. Da subcontratação

Em razão da natureza do objeto contratual, que consiste na locação de caminhões abastecidos com motoristas devidamente habilitados, e visando garantir a integral e direta responsabilidade da Contratada pela qualidade, manutenção, prontidão e disponibilidade dos bens locados, fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da presente contratação.

4.4. Garantias contratuais

Após análise dos riscos e da natureza do objeto, bem como levando-se em consideração a execução contratual, cujo pagamento é condicionado à efetiva disponibilização e uso do bem, fica dispensada a exigência de garantia contratual para esta contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Especificação dos veículos a serem locados

5.1.1. Na escolha e caracterização dos veículos foram levadas em consideração as mesmas características dos veículos da frota própria deste tribunal, no tocante aos caminhões.

O serviço de transporte incluirá veículos licenciados e motoristas devidamente habilitados, combustível e seguro total, ficando a contratada responsável por quaisquer danos causados a terceiros, bem como multas de trânsito, lavagens, eventuais despesas com reboques (guincho), manutenção decorrente de defeitos e eventuais necessidade de travessia em balsas, etc.

a) Caminhão toco 4x2, baú furgão, com vistas a proporcionar um melhor desempenho nos deslocamentos, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito (tais como freios ABS, extintores, protetores de rodas traseiras, dentre outros), em perfeito estado de conservação com no máximo 10 (dez) anos de uso, e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado e sistema de rastreamento;

b) Caminhão ¾, 4x2, baú furgão, com vistas a proporcionar um melhor desempenho nos deslocamentos, com todos os equipamentos de segurança (tais como freios ABS, extintores, protetores de rodas traseiras, dentre outros), exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação com no máximo 10 (dez) anos de uso, e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado e sistema de rastreamento;

5.1.2 Em até 5 (cinco) dias antes da utilização dos veículos, ocorrerá uma inspeção, conforme lista de verificação (*checklist*) constante em Anexo II, que será realizada na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, sob a incumbência da Seção de Gestão de Transportes (NAV) e Comissão de Veículos.

5.1.3 Em caso de impossibilidade de apresentação do veículo, devidamente justificada e acatada pelo NAV, a empresa deverá enviar fotos que comprovem o bom estado de conservação dos veículos, tal como dos pneus, faróis em funcionamento, parte interna, estepes, placa, etc.

5.1.4 Tal inspeção visa aferir se o veículo está em bom estado de conservação, através de verificações básicas e de fácil avaliação por qualquer usuário médio. O *checklist* é elemento essencial para a aprovação do veículo que será utilizado.

5.1.5 Sendo rejeitado o veículo, a CONTRATADA terá até o dia seguinte para apresentar novo veículo para inspeção. Havendo nova rejeição do veículo apresentado, estará caracterizada a inexecução parcial da obrigação e será aplicada multa prevista em capítulo próprio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.2 Da manutenção dos veículos locados

5.2.1 A contratada deverá substituir o veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção preventiva e corretiva (compreendendo a troca de óleo e filtros, a substituição das peças de

desgaste natural, o conserto ou a troca de componentes ou equipamentos danificados) comprometer a execução do serviço de transporte.

5.2.2. Qualquer dano que venha a ocorrer nos veículos será de inteira responsabilidade da contratada, a qual compete arcar com o custo da franquia do seguro, exceto para os danos causados de forma direta ou indireta pela própria administração pública.

5.2.3. A responsabilidade pela remoção do veículo com problemas de locomoção será inteiramente da contratada.

5.3 Seguro dos veículos

5.3.1 Acidentes na prestação do serviço é de inteira responsabilidade do contratado, a quem compete arcar com o custo da franquia do seguro. A intenção com tal requisito é deixar claro ao licitante que acidentes na prestação do serviço é de inteira responsabilidade do contratado, devendo inclusive arcar com danos a terceiros, e para isso tal cláusula foi inserida.

5.3.2 Os veículos deverão estar segurados, pelo valor de mercado, contra os seguintes eventos:

a) COLISÃO: perda total e/ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;

b) SUBMERSÃO: dano por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;

c) INCÊNDIO: perda total e/ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros;

d) ROUBO: roubo ou furto do veículo e, inclusive, a sua tentativa;

e) DANOS MATERIAIS E CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por pessoa afetada.

f) ACIDENTES PESSOAIS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.

5.4 Exigências necessárias para o condutor do veículo

5.4.1. Em razão da relevância estratégica da contratação, falhas, atrasos ou intercorrências de segurança durante a execução desse serviço podem comprometer o cronograma eleitoral e a própria integridade do pleito. Diante desse cenário de alto rigor, os requisitos de qualificação da equipe terceirizada devem ser proporcionais à complexidade e ao risco do objeto contratado, justificando-se as exigências a seguir delineadas com base nos princípios da eficiência, segurança e razoabilidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

5.4.2. Dessa forma, os requisitos para a seleção dos motoristas visam resguardar a boa prestação de serviço e proporcionar segurança aos servidores e materiais a serem transportados.

5.4.3. Abaixo enumera-se os requisitos necessários:

- a) O motorista deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, com experiência **mínima de 2 (dois) anos**.
- b) Caso o motorista não conheça a rota das cidades, caberá à empresa custear guias locais. Isso ocorre comumente nas cidades de Humberto de Campos, Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas.
- c) Deverá ser apresentada cópia dos seguintes documentos:
 - c.1) Carteira Nacional de Habilitação Tipo D válida
 - c.2) Comprovante de residência
 - c.3) Certidão de antecedentes criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública Estadual (Polícia Civil) e Federal (Polícia Federal).

d) Os motoristas devem se apresentar devidamente uniformizados e identificados (crachá).

5.4.4. A verificação desses documentos será feita após a homologação/adjudicação (no momento da alocação dos profissionais pela empresa vencedora), e não como condição para a empresa participar da licitação, evitando assim questionamentos sobre restrição prévia à competitividade.

5.5 Demanda a ser contratada

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA DE VEÍCULOS POR SOLICITAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS	QUANTIDADE ESTIMADA DE KM RODADO
CAMINHÃO TOCO	2	122	32.520
CAMINHÃO 3/4	3	114	25.770

5.6 Horário para prestação do serviço:

5.6.1 O Horário de execução dos serviços será das 07h às 19h30, inclusive aos sábados, domingos e feriados. No dia e véspera

da Eleição o horário poderá ser estendido até às 24h, e iniciará às 06h.

5.6.2 Durante a noite, a partir das 19h, é proibido a realização de viagens intermunicipais, salvo quando decorrente de fato urgente e se autorizado pela Comissão de Veículos e Contratado.

5.6.3 Caso esteja em deslocamento intermunicipal e extrapole o horário das 19h o motorista e passageiro deverão interromper a viagem na próxima cidade da rota.

5.6.4 Caso o veículo não seja disponibilizado no horário e data preestabelecidos, incidirá multa nos termos previstos neste Termo de Referência.

5.7 Obrigações da Contratada:

5.7.1 Apresentar documentação, em até 5 (cinco) dias antes do início da prestação dos serviços, dos motoristas alocados, que deverá conter: nome completo; data de nascimento; habilitação, endereço completo e telefone de contato;

5.7.2 Entregar os veículos com a documentação devidamente regularizada à fiscalização do contrato, juntamente com a cópia da carteira nacional de habilitação do motorista condizente com o tipo de veículo a ser conduzido;

5.7.3 Proceder à inspeção, manutenção e reparo de cada um dos veículos antes de sua entrega à pessoa credenciada pelo TRE-MA, de forma a entregá-lo em perfeitas condições de uso e de acordo com as demais exigências estipuladas no Contrato;

5.7.4 Manter atualizado o registro diário de frequência do motorista e do deslocamento do veículo respectivo, indicando a marcação do hodômetro (quilometragem) na origem e destino, conforme Relatório de Viagem;

5.7.5 Cumprir as orientações gerais de serviços determinadas pela fiscalização da contratante contida na licitação e nas cláusulas deste Termo de Referência.

5.7.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o Art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;

5.7.7 Indicar formalmente preposto para acompanhar a prestação do serviço, estando o mesmo apto a dirimir todas as questões contratuais;

5.7.8 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto à substituição de veículos e/ou motoristas não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

5.7.9 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato;

5.7.10 Responsabilizar-se, em relação aos profissionais disponibilizados para condução dos veículos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

5.7.11 Arcar com as despesas relativas à combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, bem como lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto de contratação;

5.7.12 Não permitir que qualquer motorista se apresente com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

5.7.13 Dar ciência imediata e por escrito ao **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade verificada na locação dos veículos;

5.7.14 Manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de multa, rescisão contratual;

5.7.15 Responsabilizar-se por quaisquer danos provocados à Contratante ou terceiros, decorrentes de atos de preposto ou funcionários seus relacionados à execução deste contrato;

5.7.16. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

5.7.17. Garantir que seja observada, pelos colaboradores em geral, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 - TRE/MA.

5.8 Obrigações do Contratante:

5.8.1 Informar os prazos e locais de execução e a relação dos servidores que utilizarão os respectivos veículos;

5.8.2 Atestar a regular prestação do serviço ao término de cada período de locação;

5.8.3 Pagar a empresa na forma neste Termo de Referência;

5.8.4 Promover, por meio da comissão designada, as anotações em registros próprios das ocorrências e falhas detectadas na execução e comunicar à empresa os fatos que exijam medidas corretivas;

5.8.5 Aplicar as penalidades devidas, no caso da inexecução das obrigações previstas neste termo de referência ou no edital de licitação.

5.8.6 Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

- 6.1 A fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo do Núcleo de Apoio à gerência de frota de veículos-NAV.
- 6.2 Os fiscais ficarão responsáveis por atestar o serviço prestado e observar o cumprimento de todas as regras estabelecidas neste instrumento.
- 6.3 O Núcleo de Apoio à Gerência de Frota - NAV será responsável por gerenciar todas as fases da contratação, inclusive a execução, anotando em registro próprio as informações que julgar convenientes e as falhas detectadas e emitindo relatórios em 2 (duas) vias, uma das quais será encaminhada para o representante da contratada.
- 6.4 A Comissão responsável pela fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização e terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas, sem que isto implique transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente competência da contratada.
- 6.5 As relações entre a contratada e o Tribunal serão mantidas, prioritariamente, por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela fiscalização junto ao Preposto da Contratada.
- 6.6 As solicitações dos caminhões deverão ser realizadas **com o mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência**, para que a contratada tenha tempo hábil para a disponibilização do veículo.
- 6.7 Após entregues todos os atestados pelos fiscais, a Comissão de Veículo os analisará e atestará a conformidade geral do serviço prestado.
- 6.8. As relações entre a Contratada e o Tribunal serão mantidas, prioritariamente, por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela Fiscalização junto ao preposto da Contratada, ocorrendo as comunicações prioritariamente por e-mail ou outro meio idôneo para fins de registro.
- 6.9. Considerar-se-á realizada a notificação e iniciado o prazo para resposta ou execução no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, independentemente de confirmação de leitura ou resposta da Contratada, desde que o envio tenha ocorrido dentro do horário de expediente da Contratante.
- 6.10. Eventual alteração nos endereços eletrônicos da Contratada deverá ser comunicada formalmente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem consideradas válidas as notificações enviadas aos endereços anteriormente cadastrados.

6.11 Das sanções administrativas

- 6.11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.11.2 Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:
- 6.11.2.1 **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.
- 6.11.2.2 **Impedimento de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 6.11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 6.11.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 6.7.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 6.7.2.2) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- 6.11.2.4 **Multa**:
- 6.11.2.4.1 **Moratória** de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações e prazos contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 6.11.2.4.1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 6.11.2.4.2 **Compensatória de 2% a 10% sobre o valor total do contrato**, nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 6.7.1, conforme tabela abaixo:

TABELA

CONDUTA TÍPICA	PERCENTUAL APLICÁVEL (%)	INCIDÊNCIA
Deixar de substituir veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção ultrapassar 3 (três) horas ou, em se	5 a 10	Por ocorrência e por veículo

tratando de dia de Eleição ou sua véspera, 30 (trinta) minutos;		
Retardar na remoção de veículo com problemas de locomoção, causando perturbação nos serviços da Zona Eleitoral ou ao trânsito da localidade;	2 a 10	Por ocorrência e por veículo
Alocar na execução do contrato motorista sem a necessária habilitação para a categoria do veículo que deverá conduzir	5 a 10	Por ocorrência
Deixar de contratar guias locais nas localidades onde se faz necessária a orientação dos motoristas acerca das rotas, causando falha e/ou retardamento na execução dos serviços;	2 a 10	Por ocorrência
Deixar de cumprir, injustificadamente, as orientações gerais de serviços determinadas pela fiscalização da contratante.	2 a 10	Por ocorrência
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	8 a 10	Por ocorrência
Deixar de entregar ou de regularizar a documentação exigida, seja para prestação do serviço seja para instrução de processo de pagamento	2 a 5	Por ocorrência
Deixar de cumprir outras obrigações previstas no Edital e seus Anexos	2 a 10	Por ocorrência

6.11.2.4.3 **Compensatória de 11% a 30% sobre o valor total do contrato**, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 6.7.2.2) e declaração de inidoneidade (subitem 6.7.2.3).

6.11.2.4.3.1 Também será punível com esta multa a contratada que incorrer em qualquer das condutas típicas relacionadas no subitem 6.7.1 e resultar prejuízo incontornável à realização do pleito eleitoral ou graves consequências à Administração Pública ou a terceiros, hipótese em que estará configurada a INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO.

6.11.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

6.11.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.11.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante.

6.11.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

7 FORMA DE MENSURAÇÃO DO CUSTO DA LICITAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Metodologia:

7.1.1. A metodologia utilizada para mensurar os custos da licitação está baseada nas variáveis quilometragem rodada e a diária de disponibilização do veículo e motorista. Ambas conjugadas resultarão no valor a pagar à contratada.

7.1.2. A quilometragem rodada custeará as despesas com combustível e despesas com manutenção do veículo. A diária de

disponibilização do veículo e motorista custeará as despesas com o preço da locação do veículo, com seus custos inerentes, e as despesas com o motorista contratado, inclusive em viagens. Ambas as variáveis remuneram os serviços do transporte a contratar.

7.1.3. A diária de disponibilização do veículo e motorista, tendo característica de um custo fixo na contratação, irá remunerar a empresa mesmo nos casos em que o quilômetro utilizado naquele dia não seja suficiente para suprir os custos operacionais do contratado.

7.1.4. O quilômetro rodado, por outro lado, remunera os custos variáveis do contratado, tal como combustível e manutenção do veículo, dentre outros.

7.1.5. A diária fixa será estabelecida com base em uma rodagem limite de até 200 km (duzentos quilômetros) por dia. Na hipótese da quilometragem percorrida ultrapassar esse limite, o valor a ser pago à contratada será acrescido proporcionalmente aos quilômetros excedidos de acordo com os valores previamente definidos para cada tipo de caminhão. Ou seja, o km rodado será pago somente se a quilometragem ultrapassar os 200 km diários.

7.1.6. Quanto à quilometragem rodada deverá ser obedecido o seguinte:

a) Planejamento prévio, com quilometragem e destinos definidos, conforme Relatório de Viagem a ser estabelecido pelo setor de transporte ou setor de urnas.

b) O motorista do veículo deverá realizar o percurso pré-determinado no Relatório de Viagem, salvo situações imprevisíveis, as quais deverão ser registradas, devendo o servidor usuário dos serviços, neste caso, registrar novo trajeto percorrido devidamente justificado, para análise pela Fiscalização do contrato.

c) As quilometragens previstas dos trajetos percorridos serão levantadas por meio do aplicativo Google Maps de medição de quilometragem.

d) Haverá a aferição da quilometragem por anotação do hodômetro do veículo diariamente, quando se inicia e termina a prestação do serviço, registrado no Relatório de Viagem e cientificado pelo passageiro e motorista.

e) Será objeto de pagamento apenas a quilometragem efetivamente utilizada, mesmo que inferior à prevista, e a quantidade de dias de disponibilização dos veículos e motoristas, a qual será conferida e atestada pela fiscalização e servidor usuário dos serviços.

f) As viagens cuja execução por qualquer razão terminem com quilometragem comprovadamente divergente do que a previamente planejada em proporção superior a 10%, (dez por cento) terão a quilometragem ajustada pela fiscalização do contrato.

g) As viagens terão como referência para efeito de medição inicial e final de quilometragem prevista a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, localizada na Avenida Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís-MA. O ponto inicial poderá ser alterado para algum município da rota.

h) A viagem somente poderá ser faturada após aprovação do Relatório de Viagem pela fiscalização do contrato.

i) Os ajustes de quilometragem que se fizerem necessários serão feitos pela fiscalização do contrato, a partir da análise do Relatório de Viagem.

7.3 Pagamento:

7.3.1. Após a prestação do serviço, a CONTRATADA encaminhará aos membros da Comissão Fiscalizadora as notas fiscais correspondentes aos serviços prestados durante o respectivo período de execução, para atesto dos fiscais do contrato e consequente liquidação da despesa.

7.3.2. O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, o qual será formalizado através do atesto da respectiva Nota Fiscal, desde que estejam com todos os seus campos devidamente preenchidos.

7.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.3.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, sem prejuízo de aplicação de multa prevista em capítulo próprio.

7.3.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.3.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.1 A adjudicação do objeto deverá ser feita **POR GRUPO**, tendo sido os itens agrupados em 02 (dois) grupos distintos, segmentados por tipologia de veículo (Caminhão Toco e Caminhão 3/4), conforme subitem 9.1.

8.2 Os valores das propostas deverão prever todos os custos diretos e indiretos pertinentes à execução dos serviços.

8.3 Trata-se de serviços de natureza comum, logo enquadrado na Lei n.º 14.133/2021, Art. 6º, inciso XIII c/c inciso XLI, devendo, dessa forma, ser adotada a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, utilizando o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**.

8.4 Será considerado vencedor o licitante que cumprir todas as condições estabelecidas no termo de referência, edital e seus anexos e ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO**.

8.5 Considerando que não é possível a definição prévia do quantitativo a ser utilizado, tal como na eventualidade de quilometragem adicional ou na ampliação do período de viagem, já que dependem de diversas variáveis, os preços deverão ser registrados em uma ata de registro de preço, assim como prescreve o Art. 40, inciso II c/c Seção V da Lei n.º 14.133/2021, bem como considerando as hipóteses de enquadramento prevista no Art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023.

8.6 Na ocorrência de adiamento do pleito eleitoral, as datas previstas para utilização dos veículos neste termo de referência serão alteradas.

8.7. Deverá ser apresentada declaração de que a Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.8. Proposta de preços:

8.8.1. Cada GRUPO licitado abrange um tipo de veículo a ser locado com as respectivas quantidade de diárias e de quilometragem, conforme subitem 9.1.

8.8.2. Na proposta dos licitantes deverá constar explicitamente o custo do quilômetro unitário rodado e da diária de disponibilização do veículo e motorista em cada item da licitação, assim como:

a) Indicação do nome completo da licitante (pessoa física/pessoa jurídica), endereço, telefone/celular para contato, número do CPF/CNPJ;

b) Especificação do veículo a ser locado se caminhão toco ou 3/4;

c) O valor da proposta deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega;

e) Declaração que estão inclusos no valor da proposta todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços prestados.

8.9. Da qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes

8.9.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão na execução de serviços qualitativa e quantitativamente compatíveis com o objeto desta contratação, assim como o contato das empresas que receberam os serviços.

8.9.1.1. Poderá ser exigido do licitante classificado em primeiro lugar a apresentação do(s) contrato(s) e/ou nota(s) fiscal(is) correspondente(s) ao(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação da capacidade técnica, caso o(s) atestado(s) apresentado(s) não possua informações suficientes para a satisfação desse requisito.

8.9.2. Documentos necessários à verificação da qualificação econômico-financeira:

8.9.2.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.9.2.1.1 Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

8.9.2.2. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 (sessenta) dias da abertura da licitação;

8.9.2.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO E DE CUSTO

9.1 O custo estimado foi calculado com base em pesquisa de preços realizada em outras contratações públicas e junto a fornecedores, conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, resultando nos valores abaixo:

CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM	VALOR TOTAL DO GRUPO
1	Locação de Caminhão Toco (diária)	DIÁRIA	122	R\$ 477,77	R\$ 58.287,94	R\$ 316.496,74
2	Locação de Caminhão Toco (km rodado)	KM	32.520	R\$ 7,94	R\$ 258.208,80	
3	Locação de Caminhão ¾ (diária)	DIÁRIA	114	R\$ 539,61	R\$ 61.515,54	R\$ 233.143,74
4	Locação de Caminhão ¾ (km rodado)	KM	25.770	R\$ 6,66	R\$ 171.628,20	
CUSTO TOTAL ESTIMADO						R\$ 549.640,48

9.2. O custo total estimado para a contratação é de **R\$ 549.640,48 (quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos).**

10. ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO

10.1 Os serviços objeto desta contratação têm como fato gerador a prestação de serviços de transporte intermunicipal e intramunicipal.

10.2 Quando o serviço for realizado na órbita de apenas um município, nesse caso intramunicipal, é fato gerador de ISS, conforme consta na lista anexa da LC 116/2003, item 16, subitem 16.02.

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. ([Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016](#))

10.3 Quanto ao local da prestação dos serviços de transporte intramunicipal, considera-se prestado no local onde o serviço é executado, conforme exceção estabelecida no art. 3º, XIX, do referido diploma legal.

Art. 3º **O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador** ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016](#))

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016](#)).

10.4 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 5%. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL terão alíquotas diferenciadas de acordo com seu enquadramento.

10.5 O fato gerador do serviço de transporte intramunicipal, tributado pelo ISS, ocorrerá principalmente na demanda dos veículos locados que ficarão em atividades dentro da circunscrição de São Luís. Entretanto, quando tal veículo precisar deslocar-se para viagem, aí surge o fato gerador do ICMS, nesse caso serviço de transporte intermunicipal.

10.6 Para os demais itens da licitação cujo transporte tem natureza intermunicipal o licitante será tributado pelo ICMS.

10.7 O serviço de transporte intermunicipal é fato gerador do ICMS, conforme art. 155, II, da CF/1988, descabendo assim a tributação do ISS.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#))

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de **serviços de transporte** interestadual e **intermunicipal** e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#))

10.8 O Decreto 19.714/2003, atualizado pela Resolução administrativa 19/2019, que institui o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS também enuncia o fato gerador da obrigação tributária no seu artigo 1, inciso II:

Art. 1º O imposto incide sobre:

...

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

10.9 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 18%, conforme art. 28, inciso III, b

do RICMS.

10.10 Quanto ao local de prestação do serviço de transporte intermunicipal, conforme art. 30, inciso II, a, o local é onde tenha se iniciado a prestação do serviço. Em nosso caso específico, a cidade de São Luís-MA em regra.

10.11 É de se destacar que o próprio RICMS estabelece a exclusão do crédito tributário, mediante isenção, aos prestadores de serviços de transportes intermunicipais que o realizam nas regiões metropolitanas criadas no Maranhão.

Art. 4º O imposto não incide sobre:

...

X - prestação do serviço de transporte intermunicipal de característica urbana, nas regiões metropolitanas criadas neste Estado.

10.12 Com a aprovação da lei complementar n.º 174/2015 que culminou com a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís os transportes intermunicipais dentro dessa região são excluídos da tributação do ICMS.

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS

Art. 1º A Região Metropolitana da Grande São Luís - RMGSL passa a reger-se pelas normas estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Integram a Região Metropolitana da Grande São Luís os Municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís.

10.13 De todo modo, nesse caso de isenção, não se pode deixar de citar que a exclusão da obrigação principal, no caso pagar o tributo, não exclui a obrigação acessória, tal como emitir os documentos fiscais, o que demonstra a necessidade, mesmo nesse caso, da correta emissão do documento fiscal, conforme determina o Código Tributário Nacional, Lei 5.172/64, art. 175.

Art. 175. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Para emissão do documento fiscal, o RICMS no seu art. 122, 156 e 158 estabelece o seguinte:

Art. 122. Os contribuintes do ICMS emitirão, conforme as operações e prestações que realizarem, os seguintes documentos fiscais:

V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7.

Art. 156. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7 - Anexo SINIEF 20, será utilizada:

I - pelas agências de viagem **ou por quaisquer transportadores** que executarem serviços de transporte **intermunicipal**, interestadual e internacional de turistas **e de outras pessoas**, em veículos próprios ou fretados;

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I, considera-se veículo próprio, além do que se achar registrado em nome da pessoa, aquele por ela operado em regime de locação ou qualquer outra forma.

Art. 158. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida antes do início da prestação do serviço.

§ 1º É obrigatória a emissão de uma Nota Fiscal, por veículo, para cada viagem contratada.

10.14 Não obstante tal regramento contido no RICMS, em 8 de julho de 2016, foi instituído, mediante o Ajuste Sinief 10/2016 no âmbito da CONFAZ, o CTe OS (Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CTe OS), modelo 67. Tal instrumento é um novo documento fiscal que substitui a Nota Fiscal de Serviço de Transporte - NFST modelo 7.

10.15 As empresas contratadas deverão, caso não tenham inscrição estadual, cadastrar-se na Fazenda Estadual para correta emissão dos documentos fiscais que comprovam o fato gerador do ICMS, tal como a CTE-OS ou a NF modelo 7. Já em relação ao ISS, a empresa deverá se cadastrar na Fazenda Municipal para emissão da Nota Fiscal de Serviços.

11. INDICAÇÃO DA FONTE ORÇAMENTÁRIA

11.1. Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por meio de Sistema de Registro de Preço (SRP), com contratação sob demanda.

11.2. Em se tratando de Sistema de Registros de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do Art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023.

12. VIGÊNCIA DA ATA, DO CONTRATO E REAJUSTE

12.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano a partir de sua assinatura consoante Art. 84 da Lei n.º 14.133/2021, podendo ser prorrogada, com renovação de quantitativos, por igual período, desde que demonstrado que o preço permanece vantajoso.

12.2 Os períodos da prestação dos serviços poderão ser alterados conforme necessidade, mediante comunicação à CONTRATADA.

12.3 Para a habilitação deverão ser solicitados os documentos exigidos em lei e no Edital do certame, além do(s) atestado(s) de capacidade técnica e demais documentos previstos neste Termo de Referência.

12.4 A vigência dos contratos decorrentes da ARP observará o prazo de 1 (um) ano a partir de sua assinatura, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/21.

12.5 O reajuste de preços, quando aplicável, será realizado a partir do índice nacional de preços ao consumidor (IPCA/IBGE), observada a anualidade com data base vinculada à data do orçamento estimado.

13. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A contratação considera o Plano Estratégico do TRE-MA aprovado para o interstício 2021-2026, alinhando-se ao macrodesafio APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, o qual se refere à *“adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos”*. Consta ainda no Plano de Contratações Anual aprovado para o exercício de 2026, na categoria Pleitos Eleitorais.

14. ANEXOS

ANEXO I - Rotas de entrega e recolhimento das urnas

ANEXO II - Checklist

Anexo III- Relatório de deslocamento

São Luís/MA, 25 de março de 2026.

Rodolfo Medeiros de Campos

NAV - 30990643



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO MEDEIROS DE CAMPOS, Analista Judiciário**, em 02/06/2026, às 14:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2784585** e o código CRC **D4C720F3**.

0005765-41.2026.6.27.8000	2784585v2
---------------------------	-----------